

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	42
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	43
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	44
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	45
--	----

Motivos de Reapresentação	46
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	58.426.322
Preferenciais	0
Total	58.426.322
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	650.510	655.860
1.01	Ativo Circulante	257.116	247.957
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	207.928	192.684
1.01.01.01	Caixas e bancos	1.208	1.590
1.01.01.02	Aplicações financeiras	206.720	191.094
1.01.03	Contas a Receber	30.221	25.443
1.01.03.01	Clientes	29.836	24.585
1.01.03.01.01	Créditos diversos	14.910	14.135
1.01.03.01.02	Créditos com pessoas ligadas	14.918	10.445
1.01.03.01.03	Contas a receber partes relacionadas	8	5
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	385	858
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.155	1.146
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17.812	28.684
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	17.812	28.684
1.01.08.01.01	Aplicações financeiras vinculadas	17.812	28.684
1.02	Ativo Não Circulante	393.394	407.903
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	60.180	56.468
1.02.01.06	Tributos Diferidos	14.976	11.268
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.976	11.268
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	45.000	45.000
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	45.000	45.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	204	200
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	152	148
1.02.01.09.04	Aplicações financeiras vinculadas	52	52
1.02.03	Imobilizado	1.675	1.517
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.675	1.517
1.02.04	Intangível	331.539	349.918
1.02.04.01	Intangíveis	331.539	349.918
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	14.694	16.081
1.02.04.01.02	Intangível em andamento	3.246	2.924
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	313.599	330.913

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	650.510	655.860
2.01	Passivo Circulante	123.582	127.076
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.489	1.866
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.489	1.866
2.01.02	Fornecedores	3.278	3.469
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3.278	3.469
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	2.213	2.669
2.01.02.01.02	Cauções contratuais	1.065	800
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.677	8.440
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.418	7.354
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	10.040	6.361
2.01.03.01.02	Outras obrigações	1.378	993
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.259	1.086
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	77.808	80.424
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.293	4.505
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.293	4.505
2.01.04.02	Debêntures	73.515	75.919
2.01.05	Outras Obrigações	15.017	22.295
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	862	415
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	94	92
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	768	323
2.01.05.02	Outros	14.155	21.880
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.983	11.053
2.01.05.02.04	Credores pela concessão	10.314	9.630
2.01.05.02.05	Contas a pagar	858	1.197
2.01.06	Provisões	12.313	10.582
2.01.06.02	Outras Provisões	12.313	10.582
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	12.313	10.582
2.02	Passivo Não Circulante	382.968	425.900
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	304.194	350.826
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	6.262	9.286
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	6.262	9.286
2.02.01.02	Debêntures	297.932	341.540
2.02.02	Outras Obrigações	48.541	51.809
2.02.02.02	Outros	48.541	51.809
2.02.02.02.03	Credores pela concessão	46.466	49.645
2.02.02.02.04	Outras obrigações	0	7
2.02.02.02.05	IR e CS diferidos	2.075	2.157
2.02.04	Provisões	30.233	23.265
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	201	259
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	20	10
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	181	249
2.02.04.02	Outras Provisões	30.032	23.006
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção em rodovias	30.032	23.006
2.03	Patrimônio Líquido	143.960	102.884
2.03.01	Capital Social Realizado	65.078	61.878

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.04	Reservas de Lucros	78.882	41.006
2.03.04.01	Reserva Legal	12.376	12.376
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	66.506	28.630

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	71.906	188.368	62.907	185.392
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-32.293	-91.847	-26.024	-88.765
3.03	Resultado Bruto	39.613	96.521	36.883	96.627
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.866	-7.871	-2.131	-5.541
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.866	-7.871	-2.131	-5.541
3.04.02.01	Despesas administrativas	-2.700	-7.392	-2.009	-5.186
3.04.02.02	Remuneração da administração	-166	-479	-122	-355
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	36.747	88.650	34.752	91.086
3.06	Resultado Financeiro	-5.695	-22.670	-8.545	-25.651
3.06.01	Receitas Financeiras	9.715	25.704	6.408	13.057
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.410	-48.374	-14.953	-38.708
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	31.052	65.980	26.207	65.435
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.319	-21.395	-8.941	-21.239
3.08.01	Corrente	-11.723	-25.185	-8.956	-20.771
3.08.02	Diferido	1.404	3.790	15	-468
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	20.733	44.585	17.266	44.196
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	20.733	44.585	17.266	44.196
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,35486	0,76310	0,31819	0,81446
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,35486	0,76310	0,31819	0,81446

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	127.608	94.872
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	69.887	51.224
6.01.01.01	Depreciação e Amortização	25.764	21.517
6.01.01.02	Baixa de Ativo Permanente	233	7
6.01.01.03	IR & CS Diferidos	-3.790	469
6.01.01.04	Desp. de Juros, Líquida e Receitas	38.996	31.073
6.01.01.05	Resultado financeiro com AVP	396	-107
6.01.01.06	Const. (rever.) de prov. para Conting.	-58	-538
6.01.01.07	Provisão para manutenção em rodovias	8.361	-1.202
6.01.01.08	Outros	-15	5
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	13.136	-548
6.01.02.01	Contas e Rec.	-775	-2.593
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	-9	800
6.01.02.03	Imposto a Recuperar	1.097	27
6.01.02.04	Fornecedores	3.821	-2.059
6.01.02.05	Fornecedores - Sociedades Ligadas	4.168	2.487
6.01.02.06	Obrigações Sociais	623	671
6.01.02.07	Obrigações Fiscais	23.226	18.235
6.01.02.08	Cauções Contratuais	265	-135
6.01.02.09	Outras contas a pagar	-337	-759
6.01.02.10	Outros créditos	473	-631
6.01.02.11	Credores pela concessão	98	0
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-19.514	-16.591
6.01.03	Outros	44.585	44.196
6.01.03.01	Lucro Líquido	44.585	44.196
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.350	-44.785
6.02.02	Aquisições de Ativo Imobilizado	-502	-287
6.02.04	Adições ao Intangível	-15.273	-25.843
6.02.07	Aplicações Financeiras Vinculadas	-74.325	-35.056
6.02.08	Resgate de Aplicação Financeira	86.750	16.401
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-109.014	80.720
6.03.01	Empréstimos - captações	0	6.290
6.03.03	Empréstimos - pagamento de principal	-2.710	-260.428
6.03.04	Empréstimos - pagamento de juros	-1.478	-26.553
6.03.05	Pagto Credores pela Concessão	-6.910	-6.515
6.03.06	Pagamento de dividendos	-11.053	-36.566
6.03.07	Pagamento de juros sobre o capital próprio	0	-2.974
6.03.08	Debêntures - captações	0	407.466
6.03.09	Debêntures - pagamento de principal	-50.490	0
6.03.10	Debêntures - pagamento de juros	-36.373	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	15.244	130.807
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	192.684	43.621
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	207.928	174.428

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	61.878	0	41.006	0	0	102.884
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	61.878	0	41.006	0	0	102.884
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.200	0	37.876	-44.585	0	-3.509
5.04.01	Aumentos de Capital	3.200	0	-3.200	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.509	0	-3.509
5.04.08	Dividendo adicional proposto	0	0	41.076	-41.076	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	44.585	0	44.585
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	44.585	0	44.585
5.07	Saldos Finais	65.078	0	78.882	0	0	143.960

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	57.578	0	28.779	0	0	86.357
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	57.578	0	28.779	0	0	86.357
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	10.510	-44.196	0	-33.686
5.04.06	Dividendos	0	0	-30.712	0	0	-30.712
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.974	0	-2.974
5.04.08	Dividendo adicional proposto	0	0	41.222	-41.222	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	44.196	0	44.196
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	44.196	0	44.196
5.07	Saldos Finais	57.578	0	39.289	0	0	96.867

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	205.604	200.727
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	196.333	174.831
7.01.02	Outras Receitas	2.031	1.639
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	7.240	24.257
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-65.780	-68.517
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-15.200	-15.596
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.837	-3.787
7.02.04	Outros	-45.743	-49.134
7.02.04.01	Custo da concessão	-10.275	-11.569
7.02.04.02	Custos dos serviços de construção	-7.240	-24.257
7.02.04.03	Custos de provisão de manutenção em rodovias	-26.392	-13.308
7.02.04.04	Outros	-1.836	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	139.824	132.210
7.04	Retenções	-25.764	-21.517
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.764	-21.517
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	114.060	110.693
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	25.704	13.057
7.06.02	Receitas Financeiras	25.704	13.057
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	139.764	123.750
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	139.764	123.750
7.08.01	Pessoal	9.465	8.017
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.907	5.945
7.08.01.02	Benefícios	2.030	1.647
7.08.01.03	F.G.T.S.	528	425
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	40.620	38.237
7.08.02.01	Federais	30.484	29.270
7.08.02.02	Estaduais	233	160
7.08.02.03	Municipais	9.903	8.807
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	45.094	33.299
7.08.03.01	Juros	42.559	30.672
7.08.03.02	Aluguéis	994	868
7.08.03.03	Outras	1.541	1.759
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	44.585	44.197
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	2.983	2.974
7.08.04.02	Dividendos	0	30.713
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	41.602	10.510

Comentário do Desempenho



Itirapina, 08 de novembro de 2011 – A Centrovias Sistemas Rodoviários S/A, empresa do Grupo OHL, comenta seu resultado relativo ao terceiro trimestre de 2011 (3T11), período encerrado em 30 de setembro de 2011. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e IFRS. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes)

- O volume do tráfego pedagiado foi de 12.616 mil veículos equivalentes no 3T11, em comparação ao 3T10 que foi de 7.438 mil veículos equivalentes, apresentando respectivamente um crescimento de 69,6%. Este crescimento foi influenciado pela cobrança bidirecional nas praças de pedágio de Itirapina, Rio Claro, Brotas e Dois Córregos ocorrida no segundo semestre de 2010. Em comparação ao 2T11, apresentou um crescimento de 8,8% influenciado por componentes cíclicos. Sazonalmente, o volume de veículos equivalentes no 3T11 é maior em relação ao 2T11.

Receita Operacional Bruta

- No 3T11 a Centrovias obteve uma receita bruta de pedágio de R\$ 75 milhões contra R\$ 64 milhões no 3T10, apresentando um crescimento de 15,6%. Essa evolução justifica-se principalmente pelo crescimento do tráfego e pelo reajuste contratual das tarifas de pedágio (+9,77%) em 01/07/2011. Podemos observar também uma queda de 12,7% na rubrica receitas de obras comparando o 3T11 ante ao 3T10, cujo valor tem custos em igual montante na rubrica “custo dos serviços de construção”, tal queda deve-se pelo fato de que no 3T10 a Companhia estava em fase de duplicação das praças de pedágio de Rio Claro e Itirapina para início de cobrança bidirecional.
- A receita operacional líquida totalizou R\$ 72 milhões no 3T11, impactando no crescimento de 14% ante ao 3T10.

Custos e Despesas

- No 3T11, os custos e despesas operacionais totais (excluído deprec. e amort.) somaram R\$ 25,8 milhões, apresentando aumento de 26% ante ao 3T10. Desconsiderando a rubrica “custos dos serv.construção”, que possui efeito nulo no resultado em atendimento as normas contábeis conforme ICPC01, podemos observar um aumento de 34% do 3T11 ante ao 3T10, esse aumento se deve substancialmente à contratação de pessoal para as praças de pedágio em que ocorreu a cobrança bidirecional e ao aumento dos custos de provisão de manutenção que foram provisionados de acordo com as novas regras contábeis conforme ICPC01.

Comentário do Desempenho



EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA do trimestre foi de R\$ 46 milhões, apresentando um acréscimo 8,7% ante ao 3T10, reflexo do reajuste contratual das tarifas em julho de 2011. Vale mencionar que sem os efeitos da provisão para a manutenção em rodovias, em atendimento as novas normas contábeis conforme ICPC 01, o Ebitda ajustado apresenta acréscimo de 16,8%.

Resultado Financeiro

- O resultado financeiro líquido apresentou uma despesa de R\$ 5,7 milhões no 3T11, sendo 33,4% menor que a despesa de R\$ 8,5 milhões registrados no 3T10. Este decréscimo ocorreu basicamente devido ao aumento nos rendimentos sobre aplicações financeiras provenientes do caixa gerado pela emissão das debêntures ocorrida no 2T10.

Lucro Líquido

- A Companhia obteve um lucro líquido de R\$ 20,7 milhões, representando um aumento de 20,1% ante ao 3T10, devido, basicamente, aos custos e despesas administrativas provenientes do aumento na contratação de serviços nas praças em que ocorreu a cobrança bidirecional terem impactado o resultado de 2010, bem como no aumento da provisão para manutenção em rodovias conforme adoção do ICPC01.

Endividamento

- A Centrovias encerrou o terceiro trimestre de 2011 com um endividamento bruto de R\$ 382 milhões contra R\$ 423 milhões no ano anterior. A queda deve-se principalmente às amortizações das parcelas de debêntures ocorridas durante o período.

Investimentos

- Durante o 3T11 foram investidos R\$ 5,7 milhões na concessionária em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão, dentre os principais investimentos destacamos as obras implantação de galerias, túneis, sistemas de radiofonia e softwares.
- Conforme adoção do ICPC01 os investimentos em recuperação de pavimentos, sinalizações e demais intervenções antigamente considerados como "Conservação Especial" dentro do imobilizado passaram a ser rubricados como custos com manutenção diretamente no resultado. A Companhia pagou a título de custo de manutenção R\$ 9 milhões no 3T11.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	3T11	2T11	3T10	Var% 3T11/2T11	Var% 3T11/3T10	9M11	9M10	Var% 9M11/9M10
Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.	12.616.010	11.597.403	7.438.401	8,8%	69,6%	35.278.101	19.524.917	80,7%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)								
	3T11	2T11	3T10	Var% 3T11/2T11	Var% 3T11/3T10	9M11	9M10	Var% 9M11/9M10
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	78.453	64.681	68.556	21,3%	14,4%	205.604	200.727	2,4%
Receitas de pedágio	74.534	62.277	64.472	19,7%	15,6%	196.333	174.831	12,3%
Receitas de obras	3.083	1.735	3.533	77,7%	-12,7%	7.240	24.257	-70,2%
Receitas acessórias	836	669	551	25,0%	51,7%	2.031	1.639	23,9%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(6.547)	(5.471)	(5.649)	19,7%	15,9%	(17.236)	(15.335)	12,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	71.906	59.210	62.907	21,4%	14,3%	188.368	185.392	1,6%
CUSTOS E DESPESAS	(25.842)	(25.215)	(20.515)	2,5%	26,0%	(73.954)	(72.789)	1,6%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(11.328)	(10.944)	(10.471)	3,5%	8,2%	(33.000)	(30.207)	9,2%
Custo dos serv. de construção	(3.083)	(1.735)	(3.533)	77,7%	-12,7%	(7.240)	(24.257)	-70,2%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(2.489)	(2.408)	(1.840)	3,4%	35,3%	(6.843)	(4.662)	46,8%
Remuneração da administração	(166)	(159)	(122)	4,4%	36,1%	(479)	(355)	34,8%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(8.776)	(9.969)	(4.549)	-12,0%	92,9%	(26.392)	(13.308)	98,3%
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	-	-	-	-	-	-
EBITDA	46.064	33.995	42.392	35,5%	8,7%	114.414	112.603	1,6%
Margem EBITDA	64,1%	57,4%	67,4%			60,7%	60,7%	
DEPRECIACIONES E AMORTIZACIONES	(9.317)	(8.412)	(7.640)	10,8%	22,0%	(25.764)	(21.517)	19,7%
Depreciação de imobilizado	(124)	(109)	(105)	13,8%	18,1%	(344)	(326)	5,5%
Amortização do intangível	(9.193)	(8.303)	(7.535)	10,7%	22,0%	(25.420)	(21.191)	20,0%
Amortização do diferido	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	(5.695)	(7.401)	(8.545)	-23,1%	-33,4%	(22.670)	(25.651)	-11,6%
Receitas financeiras	9.715	8.477	6.408	14,6%	51,6%	25.704	13.057	96,9%
Despesas financeiras	(15.410)	(15.878)	(14.953)	-2,9%	3,1%	(48.374)	(38.708)	25,0%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	31.052	18.182	26.207	70,8%	18,5%	65.980	65.435	0,8%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(10.319)	(5.540)	(8.941)	86,3%	15,4%	(21.395)	(21.239)	0,7%
Corrente	(11.723)	(7.351)	(8.956)	59,5%	30,9%	(25.185)	(20.771)	21,3%
Diferido	1.404	1.811	15	-22,5%	9260,0%	3.790	(468)	-909,8%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	20.733	12.642	17.266	64,0%	20,1%	44.585	44.196	0,9%
EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)								
	3T11	2T11	3T10	Var% 3T11/2T11	Var% 3T11/3T10	9M11	9M10	Var% 9M11/9M10
EBITDA ¹	46.064	33.995	42.392	35,5%	8,7%	114.414	112.603	1,6%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	8.776	9.969	4.549	-12,0%	92,9%	26.392	13.308	98,3%
EBITDA Ajustado ²	54.840	43.964	46.941	24,7%	16,8%	140.806	125.911	11,8%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Centrovias Sistemas Rodoviários S/A é uma empresa controlada pela OHL Brasil S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites www.ohlbrasil.com.br](http://www.ohlbrasil.com.br) e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S/A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011.

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações domiciliada no município de Itirapina, estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luís, KM 216,8 Pista Sul, constituída em 27 de maio de 1998. Sua controladora e “holding” é a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“OHL”). A Sociedade iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997 e tem por objetivo exclusivo realizar sob o regime de concessão pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Cordeirópolis a São Carlos e Itirapina a Bauru, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.nº 16/CIC/97.

2. CONCESSÕES

O contrato de concessão e exploração das rodovias é constituído pelos sistemas rodoviários mencionados na nota explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrados no ativo intangível como direito da outorga e, como contrapartida, o passivo na rubrica de credores pela concessão, conforme mencionado nas notas explicativas nº 9 e nº 15 respectivamente.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.

A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais já se encontram totalmente cumpridos:

Obras

SP 225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 91 + 429 e 177 + 400.
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre os km 183 + 850 e 235 + 040.

A Sociedade estima, na data de 30 de setembro de 2011, os montantes de R\$ 33.921 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$ 177.778 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Notas Explicativas

Estes valores poderão ser alterados em razão de adequações e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Referidas estimativas de investimentos foram classificadas mediante laudo contratado junto a peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional – Serão registrados somente quando da prestação de serviço de construção, relacionados diretamente com a ampliação/melhoria da infraestrutura.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional – Foram registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e estão apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº16.2.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A Sociedade terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio.

3. BASE PARAPREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

3.2. Base de mensuração

As ITR foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As ITR são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das ITR de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas Explicativas

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nos próximos períodos estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o melhor julgamento por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade da ocorrência de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas ITR estão descritas abaixo:

Contabilização de contratos de concessão:

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pelo ICPC-01 a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível:

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando principalmente os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional, conforme descrito na nota 2.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão:

A Sociedade limita o reconhecimento do efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão ao prazo das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado, que normalmente se dá em função da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

Notas Explicativas

Determinação das receitas de construção:

Quando a concessionária contrata serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas: à responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços e aos custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra pelas empresas do grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a contratos de concessão:

A provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida aos custos dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das ITR são:

4.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

4.2. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 8, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

4.3. Intangível

Como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias relacionadas ao contrato de concessão de serviços a Sociedade recebeu o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os

Notas Explicativas

encargos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado para mensurar a perda, se houver. Por tratar-se de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) estimado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.5. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, quando aplicável.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos que financiarão um ativo qualificável são deduzidos dos encargos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros encargos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

4.6. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Notas Explicativas

Empréstimos, financiamentos, fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº15.

A Sociedade ajusta a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão” registrado nos passivos circulante e não circulante com base nas taxas médias de encargos financeiros da época em que as transações se originaram.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

4.7. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes:

A provisão para imposto sobre a renda e para a contribuição social é a base tributável do período de apuração de resultado. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros trimestres, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são registrados com base no saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social.

No imposto de renda e na contribuição social diferidos passivos estão incluídos os efeitos dos ajustes a valor presente do direito de concessão e os referentes às mudanças de práticas contábeis conforme a nota explicativa nº 7.

4.8. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para riscos de perda provável em ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

Notas Explicativas

Essas provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. Os fundamentos e a natureza das provisões de riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 16.

4.9. Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período no qual os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Receita oriunda das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão:

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objetos das concessões.

4.10. Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, de depósitos judiciais, de empréstimos e financiamentos e de ajustes a valor presente.

4.11. Ativos e passivos objeto de ajuste a valor presente

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os itens sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento são como segue:

- Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada em base ao método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, descontada à taxa de 6,35% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, uma vez que os fluxos das obrigações considerados pela Sociedade estão por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- Credores da concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada em base ao método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima que haja a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações,

Notas Explicativas

descontada à taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, implícita no contrato de concessão na data inicial do contrato, e deve ser adotada consistentemente até a realização das obrigações.

Os saldos reais e a valor presente na data dos balanços estão demonstrados a seguir:

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<u>Circulante</u>		
Provisão para manutenção – real	12.643	10.865
Provisão para manutenção a valor presente	<u>12.313</u>	<u>10.582</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>(330)</u>	<u>(283)</u>
Credores pela concessão – real	10.561	9.854
Credores pela concessão a valor presente	<u>10.314</u>	<u>9.630</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>(247)</u>	<u>(224)</u>
<u>Não circulante</u>		
Provisão para manutenção – real	36.118	26.629
Provisão para manutenção a valor presente	<u>30.032</u>	<u>23.006</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>(6.086)</u>	<u>(3.623)</u>
Credores pela concessão – real	55.958	60.835
Credores pela concessão a valor presente	<u>46.466</u>	<u>49.645</u>
Efeito ajuste a valor presente	<u>(9.492)</u>	<u>(11.190)</u>

A recomposição dos saldos aos seus valores reais pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do período.

4.12. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº17.

4.13. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicadas

Os pronunciamentos contábeis do IASB a seguir foram publicados e/ou revisados mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e pela CVM e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade em suas informações trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2011. A Sociedade implementará tais pronunciamentos à medida que suas aplicações se tornarem obrigatórias, não sendo esperados efeitos relevantes para as demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros.	Períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do “IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração”.	Períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “ <i>Joint Ventures</i> ”, eliminando o método de consolidação proporcional	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas.	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IAS 27 (R)	Alterações ao IAS 27 - Demonstrações Separadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.
IAS 28 (R)	Alterações ao IAS 28 - Investimento em Coligada e em Controlada	Períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Sociedade em suas informações trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2011. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes informações trimestrais.

Notas Explicativas

Pronunciamento/Interpretação	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações na IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados após 1 de julho de 2010.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados após 1 de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados após 1 de julho de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as conseqüências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	Períodos anuais iniciados após 1 de janeiro de 2011.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Caixa e bancos	1.208	1.590
Aplicações financeiras (*)	<u>206.720</u>	<u>191.094</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>207.928</u>	<u>192.684</u>

(*)Representadas por aplicações com liquidez imediata em Cotas de fundos de investimentos, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição é demonstrada a seguir:

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Certificados de Depósito Bancário	-	2.810
Cotas de fundos de investimentos	<u>206.720</u>	<u>188.284</u>
	<u>206.720</u>	<u>191.094</u>

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Pedágio eletrônico (*)	13.654	12.764
Cupons de pedágio	106	95
Cartões de pedágio	163	104

Notas Explicativas

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Arrecadação de cartão de crédito	<u>987</u>	<u>1.172</u>
Total	<u>14.910</u>	<u>14.135</u>

(*)Conforme mencionado na nota explicativa 24.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com estes recebíveis nas datas dos balanços.

O prazo médio de vencimento das contas a receber é de trinta dias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Diferenças temporárias:		
Bases do ativo diferido:		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	201	259
Direito de concessão incorporado (a)	-	2.310
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis:		
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas	1.502	(3.016)
Provisão para manutenção de rodovias	<u>42.345</u>	<u>33.588</u>
Base de cálculo	44.048	33.141
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do ativo não circulante	<u>14.976</u>	<u>11.268</u>
Bases do passivo diferido:		
Ajuste ao valor presente do registro da outorga	2.616	3.463
Amortização do direito de concessão incorporada	<u>3.486</u>	<u>2.880</u>
Base de cálculo	6.102	6.343
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do passivo não circulante	<u>2.075</u>	<u>2.157</u>

(a) Refere-se a crédito do imposto de renda e de contribuição social decorrente da amortização, do direito de concessão incorporado, registrada até a data base da cisão da controladora OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006 e, até então, controlado na “parte B” do livro de apuração do lucro real - LALUR da controladora. Com a incorporação da participação da controladora, a Sociedade registrou este crédito que, atendendo a legislação fiscal, é amortizado à razão de 20% ao ano.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e suas projeções de resultados constituem-se em estimativas de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos e débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável é como segue:

Notas Explicativas

<u>Exercício a findar em</u>	Ativo	Passivo
2011	483	58
2012	1.656	231
2013	1.656	231
2014	1.656	231
Acima de 2015	<u>9.525</u>	<u>1.324</u>
	<u>14.976</u>	<u>2.075</u>

8. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado é como segue:

	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Equipamentos de informática</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do imobilizado bruto</u>				
Saldo em 31.12.2010	906	2.309	102	3.317
Adições	<u>62</u>	<u>440</u>	<u>-</u>	<u>502</u>
Saldo em 30.09.2011	<u>968</u>	<u>2.749</u>	<u>102</u>	<u>3.819</u>
<u>Depreciação acumulada</u>				
Saldo em 31.12.2010	(418)	(1.327)	(55)	(1.800)
Depreciação/amortização	<u>(52)</u>	<u>(279)</u>	<u>(13)</u>	<u>(344)</u>
Saldo em 30.09.2011	<u>(470)</u>	<u>(1.606)</u>	<u>(68)</u>	<u>(2.144)</u>
<u>Imobilizado Líquido</u>				
Saldo em 31.12.2010	488	982	47	1.517
Saldo em 30.09.2011	498	1.143	34	1.675
Taxas de depreciação	10%	20%	20%	

Notas Explicativas

9. INTANGÍVEL

A movimentação do intangível é como segue:

	Intangível em Rodovia – Obras e Serviços (a)	Direito de Outorga da Concessão (b)	Direito de Outorga da Incorporação (c)	Softwares	Intangível em Andamento	Total
<u>Custo do intangível bruto</u>						
Saldo em 31.12.2010	568.384	40.280	9.474	1.339	2.924	622.401
Adições	6.677	-	-	274	323	7.274
Baixas	(233)	-	-	-	-	(233)
Transferências	1	-	-	-	(1)	-
Saldo em 30.09.2011	<u>574.829</u>	<u>40.280</u>	<u>9.474</u>	<u>1.613</u>	<u>3.246</u>	<u>629.442</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2010	(242.323)	(24.199)	(5.545)	(416)	-	(272.483)
Amortização	<u>(23.385)</u>	<u>(1.387)</u>	<u>(341)</u>	<u>(307)</u>	-	<u>(25.420)</u>
Saldo em 30.09.2011	<u>(265.708)</u>	<u>(25.586)</u>	<u>(5.886)</u>	<u>(723)</u>	-	<u>(297.903)</u>
<u>Intangível Líquido</u>						
Saldo em 31.12.2010	326.061	16.081	3.929	923	2.924	349.918
Saldo em 30.09.2011	309.121	14.694	3.588	890	3.246	331.539
Taxa anual de amortização						9,2%

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras-de-arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário e ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 15.
- (c) Refere-se a direito de outorga incorporado proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da controladora OHL Brasil Participações em Infraestrutura Ltda.. Em exercícios anteriores essa rubrica era denominada “Ágio incorporado”. Por entender que na essência esse montante é relativo a direito de outorga, em 2009, a Administração da Sociedade mudou a nomenclatura da rubrica para direito de outorga.

Os ativos intangíveis são amortizados com base na curva de tráfego projetada, dentro do prazo da concessão.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos</u>	<u>Taxa de juros efetiva média ponderada</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
<u>Passivo circulante</u>				
Financiamento de Obras (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 5,30% a.a.	10,30%	4.293	4.505
<u>Passivo não circulante</u>				
Financiamento de Obras (a)	TJLP + 3,3% a.a. a 5,30% a.a.	10,30%	6.262	9.286

Notas Explicativas

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

(a) Recursos obtidos através do BNDES (Automático) para financiamento de obras. Em 30 de setembro de 2011, as garantias estão representadas por aval dos acionistas e notas promissórias, o vencimento final é 15 de março de 2015.

Em 30 de setembro de 2011, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2012	895
2013	2.300
2014	2.300
2015	<u>767</u>
Totais	<u>6.262</u>

11. DEBÊNTURES

Em 15 de março de 2010 a Sociedade emitiu 406.131 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais) cada uma, sendo 286.131 debêntures da 1ª série com prazo de 5 anos e juros de CDI +1,70% a.a. e 120.000 debêntures da 2ª série com prazo de 7 anos, atualizadas monetariamente pelo IPCA e com remuneração de 8% a.a., conforme tabela abaixo:

	Taxas <u>contratuais (%)</u>	Custo <u>efetivo (%) (a)</u>	Vencimentos até	<u>30.09.2011</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª Série	CDI + 1,7% a.a.	13,58% a.a.	Março/2015	68.653	168.319
2ª Série	IPCA + 8% a.a.	14,46% a.a.	Março/2017	<u>5.684</u>	<u>131.070</u>
Total				74.337	299.389
Despesas de emissão (a)				<u>(822)</u>	<u>(1.457)</u>
Total				<u>73.515</u>	<u>297.932</u>

	Taxas <u>contratuais (%)</u>	Custo <u>efetivo (%) (a)</u>	Vencimentos até	<u>31.12.2010</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
1ª Série	CDI + 1,7% a.a.	13,58% a.a.	Março/2015	68.933	218.810
2ª Série	IPCA + 8% a.a.	14,46% a.a.	Março/2017	<u>7.940</u>	<u>124.774</u>
Total				76.873	343.584
Despesas de emissão (a)				<u>(954)</u>	<u>(2.044)</u>
Total				<u>75.919</u>	<u>341.540</u>

CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

Notas Explicativas

- a) As despesas incorridas na emissão das debêntures nos montantes de R\$ 2.417 e R\$ 1.296 para a 1ª e a 2ª séries, respectivamente, estão sendo amortizadas pelo período de vigência das debêntures.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito abaixo:

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
1ª Série	15.03.2010	286.131	26.04.2010	289.313
2ª Série	15.03.2010	<u>120.000</u>	27.04.2010	<u>121.899</u>
Total		<u>406.131</u>		<u>411.212</u>

A remuneração das debêntures da 1ª série é paga trimestralmente todo dia 15 dos meses de março, junho, setembro e dezembro e será amortizada trimestralmente a partir de 15 de março de 2011. A remuneração das debêntures da 2ª série será paga anualmente todo dia 15 do mês de março, e será amortizada anualmente a partir de 15 de março de 2015. Em 30 de setembro de 2011, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das duas emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2012	16.765
2013	67.059
2014	67.059
2015	60.193
2016	43.428
2017	<u>43.428</u>
Totais	<u>297.932</u>

As debêntures da 1ª e 2ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “*Informações Relativas à Oferta - Vencimento Antecipado do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública*”, arquivado na CVM.

Em 30 de setembro de 2011, a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Penhor de 99,99% das ações de emissão da Sociedade. O percentual de penhor será reduzido conforme as debêntures forem sendo amortizadas.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos Direitos Creditórios Decorrentes da Exploração das Praças de Pedágio. O percentual da cessão será reduzido na medida em que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos Direitos Creditórios de Indenização.
4. Todas as cotas de emissão do Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento (SinkingFund), conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas

Aplicações Financeiras Vinculadas (SinkingFund): Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, a Sociedade vem retendo/depositando diariamente parte de seus recebíveis para fazer frente ao pagamento dos juros trimestrais e das parcelas de principal das debêntures da 1ª série e dos juros anuais da 2ª série, para que ao final de cada período de juros ou de amortização de principal o valor referente ao pagamento já esteja constituído. Esses recursos são mantidos em Fundo de Investimento constituído especificamente para esta finalidade. Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o valor dessa aplicação é representado por:

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Ativo circulante	17.812	28.684
Ativo não circulante	52	52

No período findo em 30 de setembro de 2011 essas aplicações eram remuneradas entre 100,0% e 100,1% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Imposto de renda	6.923	4.314
Contribuição social	3.117	2.035
IRRF de terceiros	285	12
PIS	163	143
COFINS	752	658
Outros tributos federais	178	192
ISS	<u>1.259</u>	<u>1.086</u>
Total	<u>12.677</u>	<u>8.440</u>

13. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Referem-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade. Os saldos em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 estavam representados respectivamente por R\$ 1.065 e R\$ 800.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contrato de serviços de construção, execução de obras, alugueis e mútuo para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 e as transações realizadas no trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e de 2010, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
ATIVO CIRCULANTE		
Controladora:		
Mútuos - ObrasconHuarteLain Brasil S.A. (1)	14.918	10.445
Cientes - partes relacionadas:		
Controladora:		
ObrasconHuarteLain Brasil S.A.	5	5
Outras partes relacionadas:		
Autovias S/A	<u>3</u>	<u>-</u>
	<u>8</u>	<u>5</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Transações com partes relacionadas:		
Controladora:		
Mútuos - ObrasconHuarteLain Brasil S.A. (1)	45.000	45.000
PASSIVO CIRCULANTE		
Controladora:		
Obrascon HuarteLain Brasil S.A.	92	92
Outras Partes relacionadas:		
Intervias S/A	<u>2</u>	<u>-</u>
	<u>94</u>	<u>92</u>
Fornecedores com partes relacionadas:		
Paulista Infra-Estrutura Ltda.	20	200
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	588	84
Latina Sinalização de Rodovias Ltda.	<u>160</u>	<u>39</u>
	<u>768</u>	<u>323</u>
Dividendos propostos - Controladora:		
ObrasconHuarteLain Brasil S.A.	-	11.053
Juros sobre capital próprio – Controladora:		
ObrasconHuarteLain Brasil S.A.	2.983	-

	3º Trimestre			Nove meses		
	Serviços prestados em conservação de rotina	Execução de obras	Receita financeira	Serviços prestados em conservação de rotina	Execução de obras	Receita financeira
<u>Resultado 2011</u>						
Controladora:						
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (1)	-	-	1.909	-	-	5.263
Partes relacionadas:			-			-
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (2)	-	263	-	-	1.628	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	450	1.534	-	1.352	6.202	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (2)	<u>-</u>	<u>553</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>974</u>	<u>-</u>
Total	<u>450</u>	<u>2.350</u>	<u>1.909</u>	<u>1.352</u>	<u>8.804</u>	<u>5.263</u>

Notas Explicativas

<u>Resultado 2010</u>	Serviços prestados em conservação de rotina			Serviços prestados em Execução de obras			Receita financeira		
	conservação de rotina	Execução de obras	Receita financeira	conservação de rotina	Execução de obras	Receita financeira	conservação de rotina	Execução de obras	Receita financeira
Controladora:									
ObrasconHuarteLain Brasil S.A. (1)	-	-	1.522	-	-	-	-	-	3.967
Partes relacionadas:									
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (2)	-	688	-	-	2.128	-	-	2.128	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	317	2.644	-	955	13.307	-	955	13.307	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (2)	-	958	-	-	1.565	-	-	1.565	-
Total	<u>317</u>	<u>4.290</u>	<u>1.522</u>	<u>955</u>	<u>17.000</u>	<u>1.522</u>	<u>955</u>	<u>17.000</u>	<u>3.967</u>

- (1) Esse empréstimo teve a finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Obrascon HuarteLain Brasil S.A. (OHL Brasil) e é composto de quatro contratos de mútuo, cujas datas de liberação, valores e encargos estão demonstrados a seguir:

<u>Data da liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Saldo devedor em 30.09.2011</u>	<u>Saldo devedor em 31.12.2010</u>
22/08/08	Dezembro/2013	CDI + 1,037% a.a.	20.000	26.925	24.915
18/09/08	Dezembro/2013	CDI + 1,037% a.a.	15.000	20.022	18.528
04/12/08	Dezembro/2013	CDI + 1,037% a.a.	2.000	2.603	2.408
17/12/08	Dezembro/2013	CDI + 1,037% a.a.	8.000	10.368	9.594
Total			<u>45.000</u>	<u>59.918</u>	<u>55.445</u>

Os juros vencerão anualmente a partir de dezembro de 2012. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro, os juros incorridos serão recebidos da parte relacionada na mesma data do principal.

- (2) Os saldos e transações, registrados em fornecedores, classificados no passivo circulante e custo dos serviços prestados, respectivamente, são relativos aos serviços prestados em conservação de rotina e execução de obras nas rodovias.

No decorrer dos trimestres findos em 30 de setembro de 2011 e 2010 a Sociedade pagou o montante de R\$ 166 e R\$ 122 respectivamente, a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos Conselheiros de Administração e da diretoria e respectivos encargos sociais e estão registrados na rubrica de despesas gerais e administrativas. Esses diretores não recebem renda variável, não obtiveram nem concederam empréstimos à Sociedade e não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no final do exercício são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para participações nos lucros e resultados - PLR registrados em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 na rubrica de obrigações sociais é de R\$ 628 e R\$ 750 respectivamente. As metas são como seguem:

Notas Explicativas

a) Dos participantes:

Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados ou ex-empregados que foram demitidos no período de abrangência deste plano.

Participam os ex-empregados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado.

b) Definição dos valores:

São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: tempo real trabalhado no período, o absenteísmo, as advertências e as suspensões.

15. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, o qual é composto pelos valores devidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - São Paulo - DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 sem considerar a extensão do prazo de concessão comentado na nota 2. O montante é reajustado pelas mesmas fórmulas e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real (*)</u>	
	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Direito de outorga	9.570	8.979	9.817	9.203
Parcela variável (a)	744	651	744	651
Total	<u>10.314</u>	<u>9.630</u>	<u>10.561</u>	<u>9.854</u>

(a) A parcela variável corresponde a 3% da receita bruta mensal efetivamente obtida, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

<u>Não circulante</u>	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real (*)</u>	
	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Direito de outorga	46.466	49.645	55.958	60.835
Total	<u>46.466</u>	<u>49.645</u>	<u>55.958</u>	<u>60.835</u>

(*) Valores reais na data base do período inserido somente como informação adicional.

A quantidade de parcelas a serem pagas em 30 de setembro de 2011 está assim representada:

Notas Explicativas

	Parcelas		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo de parcelas	12	68	80

Em 30 de setembro de 2011, as parcelas relativas ao valor nominal classificadas no longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2012	9.875
2013	9.875
2014	9.875
Acima de 2015	<u>26.333</u>
Totais	<u>55.958</u>

Os valores pagos pela Sociedade no decorrer dos trimestres findos em 30 de setembro de 2011 e 2010 ao Poder Concedente estão assim representados:

Valores Pagos	Outorga					
	3º Trimestre			9 meses		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
3º Trimestre de 2011	2.448	2.157	4.605	6.910	5.858	12.768
3º Trimestre de 2010	2.231	1.881	4.112	6.515	5.220	11.735

16. PROVISÕES**16.1. Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas**

A Sociedade é parte em processos judiciais de naturezas cível, trabalhista e fiscal. Esses processos estão em fase de defesa administrativa ou em trâmite na esfera judicial. A movimentação dos montantes provisionados no trimestre findo em 30 de setembro de 2011, segundo a natureza dos respectivos processos, é como segue:

	<u>31.12.2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>30.09.2011</u>
Cíveis	249	28	(96)	181
Trabalhistas	<u>10</u>	<u>64</u>	<u>(54)</u>	<u>20</u>
Total	<u>259</u>	<u>92</u>	<u>(150)</u>	<u>201</u>

A Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$ 746, R\$ 567 e R\$ 785 respectivamente, em 30 de setembro de 2011 (R\$ 3.569, R\$ 3.451 e R\$ 1.499 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

16.2. Provisão para manutenção em rodovias

A contabilização da provisão para manutenção nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com manutenção sendo considerados os valores da próxima intervenção, conforme descrito na nota explicativa nº 3.4.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 e exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u> <u>Manutenção</u> <u>em rodovias</u>	<u>Não circulante</u> <u>Manutenção</u> <u>em rodovias</u>
Saldo em 31.12.2010	10.582	23.006
Adições	-	23.447
Utilizações	(14.690)	-
Transferências	<u>16.421</u>	<u>(16.421)</u>
Saldo em 30.09.2011	<u>12.313</u>	<u>30.032</u>

Os valores acima foram descontados a valor presente calculados à taxa de 6,35% a.a.. Os saldos de provisão para manutenção em rodovias a valor real no encerramento do período correspondem a R\$ 48.761 em 30 de setembro de 2011 e R\$ 37.495 em 31 de dezembro de 2010.

A sociedade no período findo em 30 de setembro de 2011 efetuou pagamentos referentes às manutenções realizadas no montante equivalente a R\$ 17.850.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 104.798 e está representado por 101.483.834 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
ObrasconHuarteLain Brasil S.A.		
Participação Acionária	100%	100%
Quantidade de ações subscritas	101.483.834	101.483.834
Quantidade de ações integralizadas	58.426.322	58.426.322

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para contingências, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de dividendo obrigatório de no mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a taxa de juros a longo prazo - TJLP estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, é limitado a 50% do lucro líquido do período ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio período, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado como dedutível para fins de imposto de renda.

Em 31 de agosto de 2011 a Sociedade deliberou a integralização de capital no montante de R\$ 3.200, mediante a utilização dos saldos da conta de reservas de lucros a título de dividendos declarados em Assembleia Geral Extraordinária.

Foram distribuídos em 10 de junho de 2011, dividendos provisionados no exercício anterior no montante de R\$ 11.053.

No decorrer do período findo em 30 de setembro de 2011 a Sociedade provisionou juros sobre capital próprio no montante de R\$ 2.983, líquido de R\$ 525, referentes ao imposto de renda retido na fonte.

18. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.1.

b) Informações suplementares

	2011		2010	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:				
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	1.560	2.983	-	2.974
Fornecedores de intangível	2.631	7.998	50	2.292

19. RECEITAS

São representadas por:

Notas Explicativas

	2011		2010	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita de serviços prestados	74.534	196.333	64.472	174.831
Receita de serviços de construção	3.083	7.240	3.533	24.257
Receitas acessórias	<u>836</u>	<u>2.031</u>	<u>551</u>	<u>1.639</u>
	<u>78.453</u>	<u>205.604</u>	<u>68.556</u>	<u>200.727</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos trimestres e períodos de nove meses findos em 31 de setembro de 2011 e de 2010 é como segue:

	2011		2010	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receita Bruta	78.453	205.604	68.556	200.727
Abatimentos sobre receitas de pedágios				
ISSQN	(3.763)	(9.903)	(3.246)	(8.808)
PIS	(496)	(1.307)	(429)	(1.163)
COFINS	<u>(2.288)</u>	<u>(6.026)</u>	<u>(1.974)</u>	<u>(5.364)</u>
Receita líquida	<u>71.906</u>	<u>188.368</u>	<u>62.907</u>	<u>185.392</u>

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

<u>Custos dos serviços</u>	2011		2010	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Com Pessoal	2.906	8.453	2.585	7.129
Serviços de terceiros	2.455	7.072	2.187	6.619
Depreciação / Amortização	9.106	25.215	7.701	21.016
Custos com Poder Concedente	2.261	5.952	2.413	6.680
Seguros/Garantias	571	1.673	421	1.310
Manutenção bens/Conservação	2.109	6.717	1.850	6.431
Custos dos serviços de construção	3.083	7.240	3.533	24.257
Serviços de manutenção em rodovias	8.777	26.392	4.549	13.308
Transportes	398	1.175	329	929
Consumo	318	1.057	321	1.001
Outros	<u>309</u>	<u>901</u>	<u>135</u>	<u>85</u>
Total	<u>32.293</u>	<u>91.847</u>	<u>26.024</u>	<u>88.765</u>
<u>Despesas gerais e administrativas</u>				
Com Pessoal	804	2.290	689	1.998
Serviços de terceiros	439	1.344	300	929
Depreciação / Amortização	211	549	169	501
Manutenção bens/Conservação	6	29	12	45
Transporte	54	177	58	164
Consumo	219	667	299	776
Outros	<u>967</u>	<u>2.336</u>	<u>482</u>	<u>773</u>
Total	<u>2.700</u>	<u>7.392</u>	<u>2.009</u>	<u>5.186</u>

Notas Explicativas**21. RESULTADO FINANCEIRO**

Está representado por:

	2011		2010	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Receitas financeiras:				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	6.032	17.257	4.810	7.680
Rendimentos sobre aplicações financeiras vinculadas	615	1.863	-	-
Rendimentos sobre mútuos	1.910	5.264	1.521	3.965
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	1.139	1.139	-	-
Outros	<u>19</u>	<u>181</u>	<u>77</u>	<u>1.412</u>
Total	<u>9.715</u>	<u>25.704</u>	<u>6.408</u>	<u>13.057</u>
Despesas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	(12.677)	(40.844)	(12.116)	(28.784)
Varição monetária sobre o direito da outorga	(1.088)	(4.325)	(1.772)	(6.275)
Encargos financeiros – reversão de ajuste a valor presente	(527)	(743)	(401)	(1.251)
Outros	<u>(1.118)</u>	<u>(2.462)</u>	<u>(664)</u>	<u>(2.398)</u>
Total	<u>(15.410)</u>	<u>(48.374)</u>	<u>(14.953)</u>	<u>(38.708)</u>

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre as alíquotas efetivas e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 2010 é como segue:

	2011		2010	
	3º Trimestre	9 meses	3º Trimestre	9 meses
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	31.052	65.980	26.207	65.436
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(10.558)	(22.433)	(8.910)	(22.248)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio pagos	624	1.191	-	1.010
Outros ajustes	<u>(385)</u>	<u>(153)</u>	<u>(31)</u>	<u>(1)</u>
Despesa contabilizada	<u>(10.319)</u>	<u>(21.395)</u>	<u>(8.941)</u>	<u>(21.239)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(11.723)	(25.185)	(8.956)	(20.771)
Diferidos	<u>1.404</u>	<u>3.790</u>	<u>15</u>	<u>(468)</u>
	<u>(10.319)</u>	<u>(21.395)</u>	<u>(8.941)</u>	<u>(21.239)</u>

Notas Explicativas

23. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

<u>Básico</u>	<u>01.07.2011 a</u> <u>30.09.2011</u>	<u>01.01.2011 a</u> <u>30.09.2011</u>	<u>01.07.2011 a</u> <u>30.09.2011</u>	<u>01.01.2011 a</u> <u>30.09.2011</u>
Lucro líquido do período	20.733	44.585	17.266	44.196
Número de ações durante o período (milhares)	<u>58.426</u>	<u>58.426</u>	<u>54.264</u>	<u>54.264</u>
Lucro por ação – básico – R\$	<u>0,35486</u>	<u>0,76310</u>	<u>0,31819</u>	<u>0,81446</u>
<u>Diluído</u>	<u>01.07.2011 a</u> <u>30.09.2011</u>	<u>01.01.2011 a</u> <u>30.09.2011</u>	<u>01.07.2011 a</u> <u>30.09.2011</u>	<u>01.01.2011 a</u> <u>30.09.2011</u>
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	20.733	44.585	17.266	44.196
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	<u>58.426</u>	<u>58.426</u>	<u>54.264</u>	<u>54.264</u>
Lucro por ação – diluído – R\$	<u>0,35486</u>	<u>0,76310</u>	<u>0,31819</u>	<u>0,81446</u>

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Notas Explicativas

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

<u>Ativos</u>	<u>30.09.2011</u> <u>Empréstimos recebíveis</u>	<u>31.12.2010</u> <u>Empréstimos recebíveis</u>
Caixa e equivalentes de caixa	207.928	192.684
Aplicações financeiras	17.864	28.736
Contas a receber de clientes	14.910	14.135
Partes relacionadas	59.926	55.450
Outras contas a receber	385	858
	<u>30.09.2011</u> <u>Passivos financeiros</u> <u>ao custo amortizado</u>	<u>31.12.2010</u> <u>Passivos financeiros</u> <u>ao custo amortizado</u>
<u>Passivos</u>		
Fornecedores	2.213	2.669
Empréstimos e financiamentos	10.555	13.791
Debêntures	371.447	417.459
Credores pela concessão	56.780	59.275
Partes relacionadas	862	415
Outras contas a pagar	858	1.204

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2011, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2011, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (+ 50%)</u>
CDI	11%	13,75%	16,50%
Juros a incorrer (*)	(25.532)	(30.750)	(35.872)
Receita de aplicações financeiras	24.630	30.787	36.945
TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
Juros a incorrer (*)	(831)	(911)	(972)
IPCA	6,46%	8,08%	9,69%
Juros a incorrer (*)	(18.648)	(20.842)	(23.230)
Juros a Incorrer líquido	(20.381)	(21.716)	(23.129)

Fonte dos índices do cenário provável: Relatório Focus - Bacen de 30.09.2011.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Esse risco advém da possibilidade da Sociedade não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Sociedade e suas controladas mantêm contas correntes bancárias e aplicações financeiras, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 13.654 e R\$ 12.764, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação do contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi

Notas Explicativas

elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.10.2011 a 31.12.2011	2012	2013	2014	2015 em diante	Total
Debêntures	13,9	24.436	103.671	95.059	86.319	188.584	498.069
BNDES automático	10,3	1.543	3.952	2.554	2.318	591	10.958
Credores pela concessão	4,15	<u>2.469</u>	<u>9.875</u>	<u>9.875</u>	<u>9.875</u>	<u>24.687</u>	<u>56.781</u>
		<u>28.448</u>	<u>117.498</u>	<u>107.488</u>	<u>98.512</u>	<u>213.862</u>	<u>565.808</u>

25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas, quando incorridos.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, a concessionária mantém coberturas de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano dos bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 30 de setembro de 2011, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais e perdas de receitas	165.000
	Responsabilidade civil - geral	24.794
	Riscos de engenharia	2.179
Seguros-garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	108.635

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

Notas Explicativas

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Diretoria em 08 de novembro de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Itirapina - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed

by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias.

Campinas, 08 de novembro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº. 2 SP 011609/O-8

EDGAR JABBOUR

Contador

CRC nº 1 SP 156465/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, data de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de setembro de 2011.

Itirapina, 08 de novembro de 2011.

Diretoria:

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Dra. Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, data de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao período findo em 30 de setembro de 2011.

Itirapina, 08 de novembro de 2011.

Diretoria:

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Dra. Maria de Castro Michelin

Diretora Jurídica

Márcio Augusto Travain

Diretor Administrativo e Financeiro

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração da data do comentário de desempenho.